

TECNOLOGIA PARA MUITOS

Miguel Jorge, Sergio Machado Rezende e Roberto Mangabeira Unger

Uma das características marcantes da economia brasileira é a avassaladora predominância nela de pequenas empresas. Muito desses empreendimentos são precários e fugazes. Muitos atuam na fronteira entre as economias formal e informal, de um ou de outro lado dessa fronteira e às vezes dos dois lados ao mesmo tempo. Nesse mundo, opera a grande maioria não só de nossos trabalhadores mas também de nossos empreendedores. Vivem sedentos de acesso aos instrumentos da produção: crédito, tecnologia e conhecimento.

A vitalidade dessa multidão de pequenas empresas é quase milagrosa: triunfo do engenho sobre a circunstância. É por causa dessa vitalidade que, em estudo recente, o Banco Mundial citou o Brasil como o país de cultura empreendedora mais vibrante do mundo, à frente dos Estados Unidos. Se conseguíssemos equipar esses empreendedores melhor, criaríamos no Brasil um dínamo de crescimento econômico socialmente incluyente.

Motivados por essa convicção e com o apoio entusiasmado do Presidente Lula, estamos discutindo e articulando no governo uma iniciativa destinada a ampliar o acesso das empresas em geral, e especialmente das pequenas empresas, às tecnologias úteis e às práticas inovadoras. Política industrial de inclusão deve abranger três elementos. O primeiro é aconselhamento gerencial, formação de práticas e de quadros. Costuma ser no mundo a área mais difícil para avançar. É, porém, a parte em que o Brasil mais avançou, por causa do papel extraordinário do SEBRAE. O segundo elemento é crédito. Há trabalho em curso, junto aos bancos públicos, para ampliar decisivamente a disponibilidade de crédito aos pequenos empresários. O terceiro elemento é o acesso a tecnologia, nosso foco neste artigo.

O agronegócio brasileiro é o mais competitivo do mundo, em grande parte graças à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a

EMBRAPA. No entanto, não existe na área industrial organização como a EMBRAPA, nem para adaptar e desenvolver tecnologias, nem para transferi-las a quem possa aproveitá-las. Mas a “EMBRAPA industrial” não precisa ser criada do zero, como foi a EMBRAPA agrícola. Nem precisa ser empresa unitária. Pode e deve ser formada por redes de entidades já existentes, devidamente apoiadas e articuladas.

É o que, com a participação de muitos setores do governo e de fora dele, começamos a construir. O SIBRATEC - Sistema Brasileiro de Tecnologia - será rede de inovação, serviços tecnológicos, adaptação e transferência de tecnologias. Reunirá institutos tecnológicos, universidades e outras entidades de pesquisa, federais, estaduais e privadas já existentes. As entidades do SIBRATEC receberão apoio material. Serão articuladas para atuar com foco, compromissos e metas. Elas atuarão em redes, algumas nacionais, outras locais ou regionais. Trabalharão para todos os produtores, sobretudo para quem mais precisa -- os pequenos empresários. Tentarão ajudar a transformar o que se supõe ser retaguarda econômica em vanguarda produtiva.

Uma das preocupações do SIBRATEC será fazer com que empresas maiores ajudem a qualificar a produção de empresas menores. E uma das maneiras mais importantes de consegui-lo será incentivar a construção de cadeias em que empreendimentos mais avançados produzam, com tecnologia de ponta, máquinas e insumos que empreendimentos menos avançados sejam capazes de usar. A difusão das práticas de inovação e de experimentalismo acompanhará, como método e inspiração, o desenvolvimento das cadeias de tecnologia e de produção.

Não se subestime o alcance dessa iniciativa. O coração de nosso sistema industrial, tal como construído no Sudeste em meados do século 20, é o que especialistas descrevem como "Fordismo" (por conta da produção em massa de automóveis em linhas de montagem, concebida, no início do século passado, por Henry Ford): a produção em grande escala de bens padronizados, por maquinária e processos produtivos rígidos e por mão de obra semiqualficada. Alcança entre nós padrões de excelência fabril. Mantém-se, porém, competitivo à base de severa

restrição da remuneração do trabalho. Nas economias líderes, esse tipo de produção vem sendo desmontado e substituído por outro: mais flexível e qualificado, menos hierárquico e rigidamente especializado e sobretudo dedicado à inovação permanente e à aprendizagem coletiva. O nosso é um Fordismo já tardio. Ultrapassá-lo é hoje um dos imperativos do desenvolvimento brasileiro.

Esse imperativo se traduz em duas tarefas distintas. A primeira delas - mais conhecida - é estimular as grandes empresas brasileiras a acelerar a travessia, que algumas já iniciariam, do Fordismo para processos produtivos mais avançados. A segunda tarefa - menos conhecida e mais difícil - é ajudar um sem-número de pequenas empresas e de empreendimentos emergentes a passar do pré-Fordismo para o pós-Fordismo, sem ter de passar pela etapa intermediária do Fordismo. Não precisam tornar-se pequenas grandes indústrias do passado para depois poder virar outra coisa.

A segunda tarefa – permitir a muitas pequenas empresas pular a etapa do Fordismo, tendo a inovação como estratégia central - é o horizonte da iniciativa que idealizamos. Que o setor empresarial se engaje decididamente, como fez na década de 90, abraçando a causa da qualidade e da produtividade. E que a nação reconheça nela instrumento indispensável à construção de um modelo de desenvolvimento que se baseie na ampliação de oportunidades e que assegure a soberania nacional.